



O Militante

BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

O DOMÍNIO IMPERIALISTA AMEAÇA O PROGRESSO, A LIBERTAÇÃO E A INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL

No seu relatório à reunião de Abril de 64, o camarada Canhal, depois de demonstrar até que ponto os imperialistas dominam os principais ramos da economia nacional disse muito justamente:

«O domínio do imperialismo estrangeiro representa um fardo não menor que aquele que é imposto ao povo português pelos monopólios e latifundiários domésticos.

Ele significa a exploração da classe operária portuguesa em benefício dos milionários ingleses, americanos, alemães, belgas, franceses e outros, que, instalados comodamente nos seus países, recebem o fruto do nosso trabalho, das nossas privações e da nossa miséria.» Noutra passagem deste capítulo do relatório pode ler-se:

«Muitos portugueses ainda se não deram conta de que Portugal é um país dominado pelo imperialismo estrangeiro, apesar de que tal domínio é uma das causas fundamentais do atraso do país, da miséria geral e da opressão política».

Na época actual e pode dizer-se, em todos os continentes onde o imperialismo e os colonialistas tem dominado, a tendência predominante é escorraçar os exploradores e dominadores estrangeiros causadores do atraso secular em que se encontram alguns povos. Países como a Argélia, uma antiga colónia, mesmo como o Egipto, país independente, por exemplo, mostram que sem liquidar o domínio dos imperialistas não há progresso, liberdade ou independência possíveis. Cada um destes países, tal como outros da África, Ásia e América Latina tem progredido, mais em escassos anos de verdadeira independência que em séculos de dominação colonial e imperialista.

A convicção já hoje generalizada entre os povos de todo o mundo que sem independência económica, não pode haver independência política, tem feito aumentar a resistência ao investimento de capitais estrangeiros em especial quando estes são portadores de condições contrárias à liberdade e à independência dos estados onde vão ser investidos. Os prejuízos causados pelos

investimentos imperialistas estão bem patentes em Portugal. A expansão do vinho do porto, por exemplo, não tem sido maior pelo facto de os ingleses dominarem os mercados de exportação e mesmo em grande parte a sua produção, ao contrário, a expansão deste precioso produto, único no mundo, tem sido seriamente limitada e sujeita às próprias crises na Inglaterra como aconteceu ainda recentemente com a aplicação da taxa de 15% às importações inglesas pelo governo trabalhista.

A indústria corticeira, é dominada em grande parte pelos monopólios americanos, mas este facto não serviu nem podia servir para criar no país uma poderosa e moderna indústria na base desta riquíssima matéria-prima, de que somos o primeiro produtor mundial. O domínio dos imperialistas americanos sobre esta indústria teve como resultado não passarmos até hoje, de simples fornecedores de matéria-prima.

Os alemães são desde há muito os senhores dos jazigos de ferro de Moncorvo, os mais importantes conhecidos no nosso país. Mais recentemente meteram-se na siderurgia onde dominam, sem que no entanto este facto tenha servido para dar a Portugal uma indústria siderúrgica em condições de produzir de maneira a servir os interesses da Nação. Antes pelo contrário, ela nasceu já em condições de poder ser estrangulada se os magnates alemães que lhe deram vida assim o entenderem e isso servir os seus interesses. O despedimento de milhares de operários (recentemente foram 600) mostra que não é pelo facto de por detrás da siderurgia estar um dos maiores potentados europeus que a sua vida é desafiada.

Sabe-se também que é muito forte o domínio dos grandes trustes estrangeiros na produção e distribuição de energia eléctrica em Portugal, sem que esse facto tenha contribuído no quer que seja para que a energia seja mais barata e acessível aos portugueses.

O facto de os imperialistas ingleses, belgas, franceses e outros dominarem na indústria mineira só tem contribuído para que nesta indús-

tria lavre gravíssima crise e para que os operários que nela trabalham aufram salários dos mais baixos, pagos aos mineiros de qualquer país da Europa.

Estes exemplos, a que outros se podiam juntar, mostram que a penetração e a dominação do capital imperialista sobre a economia de qualquer país, longe de actuar como meio de progresso e desenvolvimento industrial, como pretendem fazer crer os governantes fascistas, actua antes, como meio limitativo e asfixiante das forças vivas nos países onde consegue fixar-se. Do imperialismo não se pode portanto esperar progresso e bem-estar, mas retrocesso e miséria. Tem razão Alvaro Cunhal quando diz noutra passagem do relatório.

«Do domínio imperialista o povo português só tem recebido miséria e privações e a nação portuguesa só tem sofrido a delapidação das suas riquezas e o atraso que a coloca no fim da escala dos países europeus.»

AUMENTA AINDA MAIS O DOMÍNIO IMPERIALISTA NO PAÍS

As necessidades de dinheiro impostas pela guerra nas colónias, tem acelerado demaneira brutal a penetração do imperialismo no país. Nunca como nos últimos anos foram tantas as missões comerciais e industriais a visitarem Portugal; nunca se havia assistido como agora a uma tal corrida para a montagem de certas empresas especialmente na indústria automóvel, como se aos portugueses interessasse muito que os para-fusos de cada carro, sejam apertados dentro ou fora do país.

Apesar da situação ser já extremamente grave em consequência da dominação imperialista sobre a economia portuguesa, o governo continua a apelar, a mendigar a vinda de novos capitais, de novos exploradores para sugarem o sangue do povo português e os recursos nacionais. Pode afirmar-se que nos últimos tempos quase não há empreendimento industrial inaugurado, em execução ou projectado onde os imperialistas não estejam metidos. Constroí-se uma ponte sobre o Tejo? Sim, mas com capitais americanos e para estes explorarem durante 20 anos. Executa-se um plano de rega no Alentejo e prepara-se outro para regularizar e aproveitar o vale do Mondego? Sim, mas com capitais alemães e para estes imporem as culturas que mais interesse à sua indústria. Constroem-se aeroportos na ilha da Madeira, Faro e Beja? Sim, mas com capitais alemães e para servirem os seus fins agressivos. Projectam-se e constroem-se no Algarve e Alentejo Litoral grandes obras de valorização turística? Sim, mas também com capitais da Alemanha e para regalo da burguesia deste país. Desenvolve-se a indústria têxtil de fibras sintéticas em Portalegre? Sim, mas com capitais ingleses. Constroí-se um novo estabelecimento naval? Sim, mas com a

participação de capitais suecos e holandeses. Vai construir-se uma nova refinaria de petróleo no Norte? Sim, mas pelos grandes trustes internacionais Sacor Mobiloil, etc. Projecta-se a construção duma nova central termo-eléctrica no distrito de Lisboa? Sim, mas nela não faltarão os capitais dos monopólios que já dominam este ramo industrial. Vão construir-se novas fábricas de celulose? Sim, mas para isso recorre-se aos capitais suecos. Pelo que se pode observar nada escapa à gula dos imperialistas. Até os japoneses a milhares de quilómetros de distância vieram descobrir que é negócio altamente rendoso fabricar resinas sintéticas, gelatinas, etc., ou aproveitar algas marinhas no nosso país. A esta ofensiva não escapa sequer o comércio a retalho onde o truste holandês, «Spar» se vai apoderando de centenas de mercearias.

O facto de a mais valia produzida por largas dezenas, senão centenas de milhares de portugueses, assim como o produto da exploração de importantíssimos recursos nacionais ir parar aos cofres dos exploradores estrangeiros, tem como consequência, ser o país desfalcado em centenas e centenas de milhares de contos todos os anos, que tão necessários seriam para criar e desenvolver novas indústrias no país, para dar aos portugueses um melhor nível de vida, possibilidades de cultura e progresso que jamais lhe podem ser dadas por um governo que atraíça, vende, empenha, os interesses da nação a troco da sua estadia no poder.

A DEPENDÊNCIA ECONÓMICA COMPROMETE A INDEPENDÊNCIA POLÍTICA

A penetração crescente do imperialismo no país compromete não apenas o desenvolvimento económico da nação mas também a sua independência política. Ao apela rem insistentemente aos capitais estrangeiros os fascistas pretendem atingir dois objectivos fundamentais. O primeiro, é reforçar o apoio imperialista à sua política colonialista e poderem desviar para fins de guerra os recursos que deviam servir para industrializar e desenvolver o país. O segundo, é calcularem que o reforçamento das posições económicas dos países imperialistas em Portugal, os levará a decidir-se pela intervenção quando o povo português entrar numa fase mais decisiva da sua luta pela liberdade e a democracia. Os planos e intenções dos salazaristas nesta matéria são verdadeiramente criminosos. Eles conhecem os sofrimentos que têm custado aos povos de numerosos países o facto de neles predominarem as forças imperialistas, quer com capitais, quer com bases militares. O exemplo dos países do Médio Oriente onde imperam os reis do petróleo é frisante: Sempre que os povos desta região do mundo têm conseguido duma madeira ou doutra colocar governos mais ou menos progressistas no poder, logo os imperialistas que amassam fortunas fa-

bulosas à custa da miséria mais atroz, empregam o seu dinheiro a preparar e desencadear golpes de estado para impor governos fantoches que garantam os seus privilégios. Foi assim na Pérsia, Iraque etc. As revoluções democráticas nestes países foram sufocadas em sangue, cometeram-se os crimes mais infames, fuzilaram-se milhares de patriotas. A heróica Cuba só não foi esmagada até hoje porque atrás dela está o campo socialista e em primeiro lugar a União Soviética, se assim não fora o seu destino não teria sido diferente do da Guatemala e outros países da América Latina onde os grandes potentados americanos dominam. Sempre que qualquer país deste continente se encaminha pela acção do seu povo por uma via democrática, o imperialismo intervém e impõe governos reaccionários. O exemplo recente do Brasil é bem significativo.

A concessão de grandes facilidades económicas aos imperialistas tal como a concessão de bases, como a de Beja, dos Açores a construção de rampas de lançamento de foguetões e armazenamento de imensas quantidades de perigosíssimo armamento de guerra, incluindo armas atómicas no Marco do Grilo e outros locais tendo objectivos de guerra e representando um perigo tremendo para Portugal são ao mesmo tempo uma séria ameaça à liberdade e independência dos portugueses.

Tem igualmente inteira razão o relatório quando diz:

«Mas Salazar e os salazaristas que têm sempre na ponta da língua as palavras «defesa da Pátria» e «defesa dos interesses nacionais», têm no coração e nos actos escrita a palavra traição. Não só são os responsáveis, nos 38 anos de ditadura pelo agravamento dos laços de dependência que nos conduziram à trágica situação actual, de país semi-colonial, como procuram hipotecar completamente o futuro do país e entregar ao imperialismo aquilo que resta fora das suas garras».

A VITÓRIA

NÃO ESCAPARÁ AO POVO PORTUGUÊS

É por demais evidente, que a política de traição nacional conduzida pelos salazaristas acarretará sofrimentos dobrados ao povo português. A sua luta terá de ser muito mais dura e portanto muito maiores os seus sofrimentos e sacrifícios. Mas enganar-se-ão todos aqueles que pensarem que os sacrifícios e dificuldades, por maiores que sejam, possam ser obstáculo intransponível para que os portugueses conquistem para o seu país a liberdade e a independência. Se as lutas crescentes que a classe operária e as massas populares vêm travando nos últimos anos, não fossem só por si motivo de absoluta confiança na vitória, ainda assim, podíamos encontrar essa confiança na própria história, que de 1385 a 1640, de 1820 a 1910, nos diz que o amor à liberdade e à independência é demasiado caro ao povo português para ser por este esquecido e desprezado. Tam-

bém em qualquer destas épocas os opressores estrangeiros e os traidores nacionais que os serviam se julgavam suficientemente fortes para impor o seu domínio e a sua traição, mas acabaram por ser escoraçados e vencidos.

No entanto, a confiança ilimitada na vitória tenha ela a origem que tiver não deve senão conduzir ao reforçamento da luta contra o regime fascista e os seus sustentáculos os monopolistas nacionais e estrangeiros. Cada vez mais os trabalhadores que trabalham nas empresas dos imperialistas ou nas que eles dominam têm de ter a consciência que as suas lutas quer sejam por aumento de salários, quer sejam contra a intensificação da exploração, por melhores condições de trabalho, etc., assumem desde logo um carácter anti-imperialista. Lutar por aumento de salários e a melhoria das condições de vida é hoje uma questão de sobrevivência para todos os trabalhadores portugueses. Mas lutar contra a exploração e dominação dos imperialistas estrangeiros é mais que uma questão de sobrevivência, é um dever patriótico.

Aos militantes comunistas, à sua imprensa, à sua rádio, cabe agitar insistentemente esta questão. Que de futuro sempre que os mineiros de Aljustrel ou S. Domingos, de S. Pedro da Cova ou do Pejão, que os operários da Carris, ou da C.R.G.E., dos APT ou da Marconi, dos Estaleiros ou da Sorefame, da Loixa de Sacavém ou dos nitratos, da Covina ou da Soda, da Cecil ou da Sapec, da Sacor ou da Cidla, da Celulose ou da Juta, etc., etc., entrem em luta tenham a consciência que ela não é apenas dirigida contra os seus exploradores, mas também contra os imperialistas que sugam o nosso povo e ajudam Salazar a manter-se no poder contra a vontade da imensa maioria do povo português. Neste aspecto vem mais uma vez a propósito citar o relatório do camarada Cunha que quase a terminar o capítulo referente à dominação imperialista no país diz: «É tempo de dar à classe operária e ao povo português a consciência nacional que leve a odiar a presença dos imperialistas estrangeiros, que leve a exigir a sua expulsão do território nacional, que leve a sentir que cada libra, cada dólar, cada marco investido em Portugal, é mais uma vergonhosa corrente amarrada à nossa independência. É tempo que o povo português sinta como um insulto ao nosso orgulho nacional ver nomes estrangeiros afixados nas fábricas e empresas, ou ouvir chamarem «nacionais» e «portuguesas» empresas de facto estrangeiras». É mais adiante: «É tempo de dizer aos imperialistas: «Fora de Portugal». É tempo de ligar dia a dia a luta contra a ditadura fascista com a luta directa, persistente, sem tréguas, contra o imperialismo. É necessário tornar bem vivo no espírito dos portugueses que os imperialistas, de braço dado com os grandes grupos monopolistas e os latifundiários portugueses, estão por detrás do governo fascista, apoiando-o e incitando-o nos seus crimes». A terminar este capítulo diz-se ainda: «Lutando contra o imperialismo lutamos contra a ditadura fascista. Lutando contra a ditadura fascista, lutamos contra o imperialismo. Lutar pela instauração da Democracia significa lutar pela libertação da exploração e do domínio imperialista sobre Portugal, significa lutar pela verdadeira independência da nossa Pátria».

DEFENDER A UNIDADE DO PARTIDO

como a menina dos nossos olhos!

Para conduzir com êxito a luta em defesa dos interesses da classe operária, contra o domínio do capital monopolista e da grande burguesia, para continuar na vanguarda das forças democráticas e do nosso povo na luta pelo derubamento da ditadura fascista, o Partido deve constituir um bloco monolítico indestrutível. Neste aspecto, a unidade de pensamento e de acção do Partido é uma necessidade absoluta e indiscutível. A forma de a conseguir foi definida do seguinte modo na Reunião do C. C. de Abril de 1964:

«Os princípios leninistas do centralismo democrático, em que assenta a estrutura orgânica do Partido, asseguram por um lado a participação de todos os militantes na elaboração da linha do Partido, a responsabilização dos dirigentes perante todo o Partido, a discussão franca e livre de opiniões, o direito à crítica, o espírito de iniciativa das organizações e dos militantes. Asseguram por outro lado a unidade, e a disciplina do Partido.» Do Relatório de Alvaro Cunhal, que prossegue mais adiante:

«Os debates no Partido são indispensáveis. É indispensável que cada membro do Partido dê a sua opinião e faça as suas críticas» (...) «Mas todos os membros do Partido devem também saber e sentir que não se aceitará que a discussão se torne um processo de desagregar o Partido. O objectivo fundamental da discussão democrática é o reforço do trabalho partidário, o reforço da unidade de pensamento e acção de todo o Partido.»

A vida democrática do Partido, a responsabilização da direcção perante todo o Partido, harmonizam-se com outros dois princípios do centralismo democrático: a submissão da minoria à maioria e o carácter obrigatório das resoluções e instruções dos organismos superiores para os inferiores. A estes princípios está ligada a necessidade duma rigorosa disciplina e a proibição da existência de grupos ou fracções dentro do Partido, seja em volta de qualquer plataforma política, seja em volta de qualquer ou quaisquer militantes.»

Por atentar mais de uma vez, contra estes princípios; por tentar arrastar uma parte do Partido, particularmente as organizações que controlou, para posições aventureiristas contrárias à linha do Partido; por recusar submeter-se à disciplina do Partido, violando grosseiramente os princípios do centralismo democrático, é que Francisco Martins Rodrigues se transformou num renegado, caindo no charco dos piores inimigos do Partido e acabando por ser expulso das suas fileiras.

Enquanto membro do Partido, de acordo com os

princípios atrás expostos, a F.M.R. foram dadas todas as possibilidades e oportunidades de expor e defender livremente as suas ideias dentro dos organismos a que pertenceu, inclusive o Comité Central do Partido. Ninguém pode afirmar com verdade que alguma vez esse direito lhe tivesse sido coarctado ou diminuído. Podemos mesmo afirmar hoje que o Partido foi demasiado tolerante para com F.M.R., mantendo-o em organismos com responsabilidades de direcção demasiado tempo depois de ter manifestado profundas divergências com aspectos fundamentais da linha do Partido. Como se veio posteriormente a apurar, F.M.R. não defendia, como devia, a linha do Partido junto dos organismos que controlava fomentando, pelo contrário, o desenvolvimento das dúvidas e vacilações ideológicas então manifestadas por alguns militantes por si controlados.

Quando na Reunião do C.C. em Agosto de 1963, a que assistiu e onde as suas ideias sectárias e aventureiristas foram unanimemente derrotadas pelo C. Central, F.M.R. desmascarou-se completamente. Em vez do militante comunista simples e modesto que todos julgavam ser; em vez de aceitar disciplinadamente, como lhe competia, a opinião do C.C. submetendo-se às suas decisões de acordo com os princípios que sempre disse defender, F.M.R. revelou-se um elemento indisciplinado e cego pela presunção. Revelou-se um ambicioso político e um aventureiro, rompendo definitivamente com a disciplina do Partido e desertando vergonhosamente das suas fileiras. Mas F.M.R. não desertou sem antes tentar arrastar atrás de si os militantes do sector partidário onde se encontrava, tentando assim quebrar a unidade e a coesão das fileiras do Partido na base duma plataforma política aventureirista contrária à linha do Partido. Ao tentar provocar uma cisão nas fileiras do Partido, F.M.R. cometeu um crime contra o Partido sendo por isso expulso justamente das suas fileiras.

Ao contrário do que muitos podem supor este fenómeno não representa novidade no movimento comunista. O processo da luta revolucionária, no seu desenvolvimento, atira constantemente para fora do movimento revolucionário todos os elementos que lhe são estranhos, deporando-os assim de todos aqueles que a ele aderiram por oportunismo ou aventureirismo político em momentos de fluxo revolucionário. O Partido não pode permitir nas suas fileiras todo aquele que atente contra a unidade e a disciplina do Partido.

Atentar contra a unidade e a disciplina do Partido pela quebra e desrespeito sistemático dos princípios leninistas do centralismo democrático é excluir-se do próprio Partido. Como afirmou

Lénine: «Recusar submeter-se à direcção dos organismos centrais, é recusar ser membro do Partido, é destruir o Partido. Não é um meio de persuasão, é um meio de destruição. Substituir a persuasão, pela destruição, é mostrar falta de firmeza de princípios, falta de fé nos seus ideais.» («Um passo em frente dois passos à retaguarda» — Obras Escolhidas, ed. fr., Vol. I pg. 470).

DA DESERÇÃO À PROVOCAÇÃO CONTRA O PARTIDO

Desertando do Partido quando se encontrava no estrangeiro, F.M.R. lançou-se numa actividade anti-partido no meio restrito ao seu alcance imediato. Reunindo à sua volta toda a sorte de elementos desqualificados da emigração política, incluindo alguns renegados e traidores, com eles fabricou várias «coisas» a que pôs sucessivamente os pomposos rótulos de «Frente de Acção Popular» (FAP), «Movimento de Libertação Nacional» e «Comité Marxista-Leninista» (!!!). Apoiado nestes rótulos e no seu pequeno grupo, e em recursos financeiros mais que suspeitos, abriu fogo contra o Partido. Editando diversa literatura pseudo-revolucionária, recheada de calúnias contra o Partido de mistura com citações marxistas, começou a enviá-la para o país pelo correio. Servindo-se abusiva e provocatoriamente dos conhecimentos que obteve quando era membro do Partido, endereçou frequentes vezes documentos anti-partido para pessoas que julgava ainda ligadas ao Partido, denunciando-as assim à PIDE que, como se sabe, controla severamente, violando-a, toda a correspondência vinda do estrangeiro.

Mais recentemente, por indicações do renegado F.M.R., Manuel Claro, João Pulido Valente e um tal Epinay realizaram no país um novo trabalho de provocação contra o Partido. Usando e abusando de novo dos conhecimentos e contactos que tiveram quando membros do Partido, abordaram diversas pessoas, sem quaisquer cuidados conspirativos, tentando aliciá-las para colaborar na acção provocatória contra o Partido e difundindo junto delas, quer verbalmente quer por escrito, as mais torpes calúnias contra a linha política do Partido e contra os dirigentes do Partido. Esse tal Epinay foi posteriormente preso tendo denunciado à polícia numerosas dessas pessoas algumas das quais foram presas.

A acção destes provocadores foi mesmo ao ponto de abordarem casas onde F.M.R. sabia irem funcionários do Partido que ele supôs manterem discordâncias com a linha política do Partido (discordâncias que ele fomentou quando era membro do Partido) para provocar conversas de carácter cisionista, procurando assim arrastar fiéis militantes para o seu lado no trabalho de provocação contra o Partido (P. Valente afirmou mesmo a um camarada nosso que se reservava o direito de abordar todos os elementos do Partido que co-

nhece).

Estas provocadoras tentativas de destruição do Partido a partir de dentro que encontraram dum modo geral o mais firme repúdio e condenação por parte dos militantes abordados, mostra a que extremos de baixa moral e política desceram estes renegados e inimigos do Partido!

O «revolucionarismo» exaltado que predicam inspirado pelo radicalismo pequeno burguês que os inspira não encontra melhor aplicação prática que tentar destruir o Partido, transformando-se assim em reles auxiliares das forças repressivas fascistas na sua acção contra o Partido da classe operária, contra a principal força política anti-fascista. Triste destino e triste e abjecta missão a dos renegados do movimento revolucionário! Isto confirma plenamente a justeza do conteúdo da Circular do C.C. de Janeiro de 1964 que publica a expulsão de F.M.R. do Partido quando diz na sua parte final: «F.M.R. procura arrastar alguns camaradas para a sua posição anti-partido. Se o viesse a conseguir, o caso não seria novo. Ao longo da gloriosa história do Partido Comunista Português, diversos casos se registaram de se formarem, a pretextos de divergências políticas, grupelhos divisionistas. A sua sorte foi sempre e invariavelmente a mesma. Convertidos em grupelhos provocatórios anti-partido (mais ou menos protegidos pela PIDE), acabaram por desaparecer miserável e indignamente depois de fazerem alguns danos ao Partido, à luta da classe operária e das forças democráticas portuguesas. É essa a sorte de todos os renegados e traidores. É essa a sorte que (a insistir na sua actividade anti-partido) espera o desertor F.M.R. e quaisquer pessoas que, mal ou bem intencionadas, eventualmente se liguem a tal actividade.»

ELEVAR A ACTIVIDADE POLÍTICA E IDEOLÓGICA DOS ORGANISMOS DO PARTIDO

Ao denunciar e desmascarar publicamente a actividade divisionista deste grupelho de provocadores o Partido chama os organismos e militantes dos sectores onde a sua acção se manifeste a travar uma luta sem quartel contra tais actividades provocatórias e contra os seus autores, em defesa da unidade e coesão ideológica do Partido. Esta luta deve travar-se em duas frentes: por um lado elevando a actividade política e ideológica dos organismos e militantes do Partido na base do estudo e discussão dos materiais que expõem a linha política e tática do Partido, nomeadamente o Relatório do camarada Alvaro Cunhal, o Projecto de Estatutos, já publicado, e o Projecto de Programa a publicar brevemente, assim como este e outros números de «O Militante». Deste modo os militantes do Partido ficarão armados ideologicamente para rechassarem os caminhos ilusórios e aventureiristas preconizados pelo «revolucionarismo» pequeno-burguês opondo-lhes o verdadeiro caminho revolucionário definido pela linha do Partido. Por outro lado, tomando uma atitude de firmeza perante as manobras dos provocadores, recusando-lhes quaisquer contactos ou colaboração e esclarecendo a classe operária, as massas populares e todos os democratas acerca dos seus miseráveis propósitos provocatórios e dos perigos que trazem os contactos com elementos cuja acção se confunde cada vez mais com a acção policial.

Defender a unidade do Partido como a menina dos nossos olhos, é uma tarefa e um dever de todo o militante comunista!



REFORÇEMOS O TRABALHO DE AGITAÇÃO ENTRE AS MASSAS!

Na luta contra a política fascista, a par da acção da imprensa clandestina e das Rádios do Partido e da F.P.L.N., a agitação indirecta através de manifestos, tarjetas, cartazes e inscrições, constitui uma poderosa arma de desmascaramento dos crimes do regime fascista e de mobilização das massas para a luta.

Este trabalho de agitação tem a particularidade de ser uma tarefa política que qualquer organização de base pode realizar por sua própria iniciativa. Isto permite intervir localmente em qualquer acontecimento de forma oportuna tomando posição, esclarecendo e incitando as massas a lutar contra as arbitrariedades e crimes fascistas que se repetem todos os dias de Norte a Sul do país.

Pegar num pedaço de carvão, num pedaço de giz ou numa lata de tinta para fazer inscrições nos muros ou nas estradas, é uma tarefa que qualquer combatente anti-fascista pode realizar, bastando apenas que saiba escrever. Esta possibilidade de acção contra o fascismo é frequentemente esquecida por muitos comunistas e outros anti-fascistas, sendo vulgar ouvir lamentarem-se que não têm tarefas e que não sabem o que há-de fazer de útil para dar saída ao seu descontentamento e desejo de lutar.

Por outro lado, simples organizações de base do Partido e unitárias, tais como as juntas patrióticas, podem criar o seu próprio aparelho de agitação com um pequeno cópiógrafo onde podem reproduzir tarjetas mesmo feitas à mão.

A agitação através de tarjetas e de inscrições nas paredes, quando as indicações e as palavras de ordem nelas contidas são bem escolhidas e vão directas ao assunto dando indicações correctas, tem um formidável poder de mobilização junto das massas. Por esta forma pode ir-se directamente ao encontro do sentimento das massas, dando um sentido organizado ao estado de revolta latente que existe na mente de cada trabalhador, homem, mulher ou jovem, vítima da exploração, da opressão e do arbítrio fascistas que impera no nosso país há dezenas de anos. Por esta forma pode-se contribuir para criar e desenvolver entre as massas um espírito revolucionário.

É evidente que a agitação por mais intensa que seja não poderá substituir o trabalho de organização indispensável para levar por diante qualquer luta séria. O trabalho de agitação constitui, no entanto, um poderoso meio de esclarecimento e mobilização, facilitando grandemente o trabalho de organização e desencadeamento das lutas.

Na história da luta do nosso povo contra a ti-

rania fascista encontra-se mais de um exemplo de campanhas de agitação vitoriosas. Basta lembrar a campanha nacional que obrigou o governo de Salazar a encerrar o Campo de Concentração do Tarrafal, em 1953, em que as inúmeras jornadas de agitação com centenas de milhares de manifestos e tarjetas, assim como inscrições nas paredes, muros e estradas de Portugal, desempenharam um papel de grande importância no esclarecimento e mobilização da opinião pública contra a existência do maldito «Campo da morte lenta».

No momento político actual, lembramos o êxito da agitação nos quartéis contra a guerra colonial e contra as arbitrariedades dos oficiais fascistas que em muitos casos têm conduzido a levantamentos de rancho e a insubordinações militares. Para a intensificação desta luta lembramos o poder mobilizador, no ambiente de descontentamento existente, de palavras de ordem tais como «Abaixo a guerra colonial!» «Paz em Angola, na Guiné e Moçambique!», junto da massa de soldados mobilizados contra a sua vontade para uma guerra impopular e injusta.

Na luta pela libertação dos presos políticos e pela Amnistia, o trabalho de agitação tem igualmente desempenhado um importante papel nos êxitos obtidos recentemente com a libertação dos camaradas Manuel Rodrigues da Silva, Ivone Lourenço e Maria da Piedade. A palavra Amnistia! popularizada de Norte a Sul do país como uma reivindicação nacional e popular através de numerosas acções e campanhas de agitação, passou já às fronteiras do país e encontrou um poderoso eco nas importantes acções de solidariedade internacional para com a luta do nosso povo.

Nas diversas jornadas políticas contra o fascismo salazarista tal como nas jornadas de luta dos trabalhadores nos 1.ºs de Maio de 1962-63 e 64 a intensa agitação então realizada desempenhou um papel de destaque no esclarecimento e mobilização das massas para a luta.

O governo fascista que mantém a imprensa e todos os meios de informação amordaçados pela censura há quase quatro décadas e reprime pela violência qualquer livre manifestação de pensamento, reprime também ferozmente o trabalho de agitação clandestina. Com esse objectivo montou um apertado aparelho repressivo particularmente nos grandes centros populacionais, dotando-o dos meios mais modernos de deslocação e actuação. Isto torna cada vez mais difícil o trabalho dos agitadores anti-fascistas, exigindo que este trabalho seja objecto de estudo e preparação cuidadosos, não só para iludir as forças repressivas como também para evitar a anulação por estas do tra-

balho de agitação.

Para a constituição de brigadas de agitação, que não devem ter mais de 2 a 3 elementos, devem ser escolhidos os camaradas mais bem dotados, sobretudo se têm de actuar nos grandes centros sujeitos a maior vigilância. Devem preferir-se para estas tarefas camaradas jovens, ágeis e corajosos, os quais não devem ter à sua responsabilidade quaisquer tarefas orgânicas para que possam dedicar-se e especializar-se nesta actividade.

Por todas estas e outras razões, o trabalho de agitação, tal como outras tarefas, deve ser organizado e não deixado à espontaneidade. Na última jornada do 1º de Maio foram imaginadas algumas formas especiais de agitação de muito interesse. Citamos de entre elas, a utilização de pequenos petardos com rastilho, adaptados para o efeito, com vista a lançar à distância, com retardamento e em locais concorridos, manifestos e targetas; a forma engenhosa de meter nos tubos de escape dos automóveis estacionados maços de manifestos que são espalhados quando os carros se põem em movimento.

Muitas outras formas poderão ainda ser inventadas e postas em prática em acções futuras.

As inscrições nas paredes e nos muros das estradas feitas a nitrato de prata, a cal misturada com petróleo, são particularmente difíceis de a-

pagar e quando feitas em locais movimentados e de forma bem visível, constituem um importante meio de agitação. Cartazes colocados em certos locais de passagem dos trabalhadores, pela manhã, e onde não é vulgar haver vigilância das forças repressivas, constituem igualmente um meio de agitação importante para estimular as lutas reivindicativas. Por estas e outras formas podem popularizar-se entre as massas palavras de ordem políticas na luta contra a guerra colonial, contra a vida cara, contra a repressão e pelo derrubamento da ditadura fascista.

Com o agudizar da situação política e na perspectiva das novas e importantes jornadas políticas que se aproximam, o trabalho de agitação, como poderoso auxiliar do trabalho de mobilização e organização da classe operária e das massas populares para a luta, deverá merecer uma atenção cada vez mais cuidadosa por parte das organizações do Partido. Os militantes do Partido devem igualmente ajudar as organizações unitárias, tais como as juntas patrióticas, a participar activamente no trabalho de agitação, desmascarando os crimes do fascismo e chamando o povo português à luta pelo seu derrubamento.

Que cada organização de base do Partido crie o seu próprio aparelho de agitação!

É NECESSÁRIO E URGENTE

AUMENTAR AS RECEITAS DO PARTIDO

Entre as muitas dificuldades causadas ao Partido pela repressão contam-se aquelas que são ocasionadas pela descida, muitas vezes vertical das receitas, nos sectores atingidos pela acção policial. Felizmente que o prestígio e influência que goza o Partido, permite-lhe nos momentos mais difíceis recorrer aos camaradas, simpatizantes e amigos que, demaneira geral, dando provas duma alta compreensão e espírito de sacrifício, sabem corresponder aos apelos do Partido e colmatar as brechas abertas pela repressão e terror fascistas.

É também nestas alturas que cada camarada, simpatizante ou amigo do Partido compreenderá melhor a importância das campanhas especiais de recolha de fundos, como a dos mil contos terminada em 1963. É das reservas acumuladas nestas campanhas, e das dadas extraordinárias que no fundamental o Partido consegue enfrentar com êxito as mais ferozes campanhas repres-

sivas e recompor-se rapidamente dos reveses sofridos.

Entretanto, é quase tradicional que, após estas ofensivas policiais, depois de ser necessário recorrer às reservas da caixa central, cair-se em facilidades e desleixos no que se refere à recolha de fundos. A luta de cada camarada, funcionário ou organismo para resolver os seus problemas de fundos é em geral uma luta árdua e por vezes até demasiado absorvente. Se não é de aconselhar que os funcionários ou organismos do Partido se deixem dominar pela ideia de arranjar fundos a ponto de esquecerem ou relegarem para plano secundário outras tarefas do Partido, como por exemplo, a organização, também se não pode aceitar que se caia em facilidades e se esqueça que cada sector no seu conjunto deve lutar para resolver os seus problemas financeiros.

Após o desastre de 61, pode dizer-se, que só no período da campanha dos mil contos a situa-



ção financeira foi mais ou menos desafogada. O balanço das contas relativo ao ano de 63 mostrou que à excepção da Comissão Executiva todos os sectores foram deficitários, alguns mesmo, os mais atingidos pela repressão, apresentavam elevados déficits. No ano, que acaba de findar, pelas estimativas já feitas pode prever-se que o panorama não será muito diferente. É certo que a repressão ainda nos atingiu fortemente em 64, mas se se analisar cuidadosamente a situação em cada um dos sectores não será difícil constatar que a par de dificuldades há também incompreensões. Não será difícil constatar que estão muito longe de esgotadas as possibilidades de recolher maiores somas de fundos, pelo menos em alguns sectores menos tocados pela repressão.

No entanto a razão porque todos os sectores se apresentam deficitários não consiste apenas nas dificuldades em aumentar as receitas, mas também muitas vezes na falta de cuidado em comprimir certas despesas. Uma coisa jamais se pode desligar da outra. Se há uma justa compreensão quanto à recolha de fundos é quase certo que há também uma compreensão acertada quanto à necessidade de reduzir as despesas, mas se ao contrário, não há uma justa preocupação de aumentar as receitas é quase certo que fica muito por baixo a preocupação de diminuir as despesas.

Ainda que no momento presente não seja possível exigir de cada sector a cobertura total das suas próprias despesas, é absolutamente justo exigir que se trabalhe tão rápido quanto possível com esta perspectiva.

Ao agravamento da crise política que afecta o regime corresponde um crescendo revolucionário que é aliás visível de norte a sul do país. Esta realidade torna dia a dia mais favorável a concretização de inúmeras tarefas do Partido e portanto também a recolha de fundos. Sendo assim não se compreende que alguns sectores mantenham durante muito tempo as suas receitas estacionárias, quando não em retrocesso.

A recolha de fundos não pode ser considerada como simples bitola, por onde se possa medir a actividade geral de qualquer organismo, ou organização, mas não há dúvida que a evolução das receitas em cada sector dá de maneira geral uma imagem mais ou menos real da actividade de massas, de organização, etc, de cada um dos sectores.

Também nesta questão dos fundos se tem muitas vezes caído em extremos, que bem entendido, são sempre incorrectos. Por vezes há camaradas e organismos que tudo subordinam à recolha de fundos, e sem se darem conta isolam a recolha de fundos do trabalho geral do Partido. É evidente, que o resultado dum tal orientação tem de ser negativa. Só pode haver uma boa recolha de fundos quando há um bom trabalho de massas. Quando as organizações não sabem apelar para os trabalhadores, não sabem pôr em prática as mais diversas iniciativas através das quais a classe operária contribua para o seu Partido,

para a causa da sua própria emancipação, o problema de fundos não pode resolver-se de acordo com as necessidades do Partido. A experiência tem demonstrado que, por melhor que seja a boa vontade, por maiores que sejam os sacrifícios feitos pelo conjunto dos militantes e simpatizantes do Partido para aumentar as receitas apenas à custa das suas bolsas, esta boa vontade e sacrifícios não chegam para cobrir as despesas do Partido.

A outra tendência, absolutamente oposta a esta, é aquela que relega para plano absolutamente secundário a recolha de fundos. Quando assim acontece, é fácil verificar uma ausência quase total de controle no que se refere ao pagamento da imprensa e cotização, são praticamente inexistentes as iniciativas de massas, quase se não pensa na possibilidade de fazer qualquer abordagem, etc. Claro está, que na raiz de tais incompreensões está de maneira geral a facilidade de recorrer aos fundos da Caixa Central. As incompreensões que se geram em volta deste problema devem ser enérgicamente combatidas.

Não está ainda no hábito de todos os camaradas e organizações do Partido continuarem a sua actividade quando por qualquer motivo ficam desligados do controle regular. É ainda frequente encontrarem-se camaradas e organizações que tendo a possibilidade de continuar a recolher fundos e a executar outras tarefas do Partido durante o tempo que estão desligados o não fazem, contribuindo assim para aumentar as dificuldades tanto em fundos como outras. Procedendo desta maneira, estes camaradas demonstram não compreender os seus deveres de militantes que exigem o pagamento regular da cotização estabelecida pelo Partido, exigem uma actividade maior ou menor independente de se estar ou não ligado.

Muitas das anomalias verificadas na recolha de fundos estão também ligadas a uma deficiente compreensão da importância do papel do Partido na Revolução Democrática e Nacional e da necessidade de defender o Partido no seu conjunto e em primeiro lugar os seus quadros dirigentes. Aliás, também neste caso uma coisa se não pode desligar da outra. Se os militantes e simpatizantes têm uma compreensão justa do papel que está reservado ao Partido no levantamento nacional e na revolução e o seu entusiasmo na realização das tarefas e na ajuda financeira tem de ser completamente diferente, daquela que existiria no caso de haver uma compreensão deficiente acerca desta importante questão. Assim, o problema de fundos, sendo em primeiro lugar, um problema dos organismos mais responsáveis de cada sector, é ao mesmo tempo um problema de todo o Partido e por tanto, pelo conjunto do Partido tem de ser resolvido.

Para já propõe-se aos organismos responsáveis que abram discussão sobre o assunto, que tomem as medidas que considerem mais adequadas em cada sector com vistas a aumentar as receitas do Partido e façam com que a discussão se alargue a todos os organismos da base. Que se faça um esforço para que cada camarada e simpatizante pague regularmente a imprensa do Partido, ponha em dia a sua cotização ou contribuição e que estas sejam elevadas de acordo com as possibilidades de cada um. A experiência também nos diz que quando os trabalhadores, através das suas lutas, conseguem aumento de salários eles se dispõem a dar ao Partido contribuições extraordinárias.

Tenhamos nós a confiança necessária nas massas, saibamos apelar para a classe operária e podemos estar certos que a curto prazo teremos elevado substancialmente as receitas do Partido.